

HISTÓRIA E MEMÓRIA ESCOLAR DE JOVENS ENCARCERADOS EM UM MUNICÍPIO DO MARAJÓ – PARÁ

Michelle de Nazaré Oliveira Balieiro¹
Sônia Maria Pereira do Amaral²
Enil do Socorro de Sousa Pureza³

RESUMO: O presente artigo trata-se de resultado de pesquisa que culminou em Trabalho de Conclusão de Curso. A pesquisa teve como objetivo narrar e reconstituir histórias e memórias escolares de jovens encarcerados em um município do Marajó – Pará; bem como, analisar as contribuições da escola e as representações deixadas por ela à vida desses jovens. Quanto à abordagem, utilizamos a pesquisa qualitativa, com os objetivos de uma pesquisa exploratória e procedimentos de uma pesquisa etnográfica. Como interlocutores, foram selecionados 05 (cinco) jovens encarcerados no Centro de Recuperação Regional de Breves (C.R.R.B) que também funciona como Unidade Penitenciária da Região do Marajó (U.P.R.M). Os dados foram obtidos por meio de análise documental e pela entrevista com roteiro semiestruturado. Os resultados da pesquisa apontaram que os jovens trazem histórias e lembranças semelhantes quanto as suas vidas; apresentam os seus desafios diante de fatores internos e externos que contribuíram para evasão escolar e para suas inserções na criminalidade. Apontam ainda o desejo desses jovens, de voltar às atividades escolares e para a escola, visto que, a partir da situação atual que se encontram, perceberam que a escola contribuía positivamente em suas vidas.

PALAVRAS-CHAVE: Histórias. Memórias. Escola. Criminalidade. Encarcerados.

ESCOLA, JUVENTUDE E CRIMINALIDADE: A INQUIETAÇÃO PARA A PESQUISA.

Ao longo dos anos o município de Breves-PA⁴ passa por profundas transformações em seu contexto social, político, cultural e, principalmente, econômico. No meio urbano, essas transformações se tornam mais visíveis pelo intenso crescimento populacional, resultado da migração de pessoas do meio rural para o meio urbano e de pessoas vindas dos municípios circunvizinhos que veem em Breves uma estrutura econômica favorável para o crescimento socioeconômico familiar. Este movimento migratório ocorre sem que a cidade esteja

¹ Especialista em Direitos Humanos e Diversidade, e Licenciada em Pedagogia ambas pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Email: michelle.balieiro77@gamil.com

² Doutoranda em Antropologia – PPGA/UFPA, Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura e Licenciada em Pedagogia pela UFPA. Email: smpa40@yahoo.com.br

³ Mestrando em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento local na Amazônia – PPGEDAM/NUMA/UFPA, Especialista em Gestão Escolar e Licenciado em Pedagogia pela UFPA. Email: enilpureza@yahoo.com.br

⁴ Breves é um município brasileiro localizado ao sudoeste da ilha do Marajó no estado do Pará, sua população em 2008 era de 99.223 habitantes sendo portanto a maior e principal cidade da ilha do Marajó. Disponível em: Pt.wikipedia.org/wiki/Breves. Acesso em

estruturada, já que esse crescimento demográfico não vem acompanhado de políticas de atendimento aos cidadãos com melhorias nos setores econômicos, sociais, culturais, políticos e econômicos.

Esse cenário causa frustração aos migrantes e conseqüentemente gera problemas diversos a toda população, tais como: crescimento populacional desordenado, aumento do desemprego, falta de estrutura educacional e de saúde e o aumento nos índices de criminalidade cometidos, principalmente, por adolescentes e jovens do sexo masculino, conforme pode ser analisado nesta pesquisa; mas por não ser nosso objeto, não adentraremos neste fator.

Dentro do contexto da garantia de direitos à juventude, é importante analisar a diferença que a educação faz na vida das pessoas, pois permite a quem a possui, reconhecer, conquistar e preservar direitos mínimos, daí a grande necessidade da presença da instituição escolar como segmento que tem o papel de interferir de forma positiva nas relações sociais e espaciais em que a juventude está inserida, por meio de suas ações como agente construtora do conhecimento, do senso crítico, ético, cultural, cognitivo, social e moral, conforme garantido na Constituição Federal de 1988⁵, em seu Art. 227.

A realização desta pesquisa partiu da nossa inquietação em relação à juventude que se envolve na criminalidade, que a cada dia se apresenta com mais frequência nas diferentes sociedades, o que é possível perceber não só em nosso município, mas nas diversas regiões deste país, conforme mostram diariamente os noticiários dos meios de comunicação impressos e televisivos. Nesse sentido buscamos conhecer, mesmo que de forma parcial, memórias escolares de jovens infratores⁶ encarcerados, que frequentaram por algum tempo a escola, tendo alguns concluído o nível fundamental e poucos o nível médio de ensino.

Com a pesquisa buscamos responder aos questionamentos: Que histórias e memórias os jovens encarcerados em um município do Marajó-Pará trazem da escola? De que forma a escola interviu ou não na sua condição de vida atual? Bem como, identificar a origem social desses jovens; verificar se pretendem voltar a escola ao sair do cárcere e por fim, verificar se na unidade prisional há atividades educacionais. “Relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende

⁵ Art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_/Leis/L8069Compilado.html >. Acesso em 15 de maio de 2014.

⁶ Infrator: Pessoa que transgride, viola, desrespeita as leis estabelecidas pela constituição. Disponível em dicionário online. <https://www.dicio.com.br/infrator/>. Acesso em 12 de maio de 2014.

inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves* anteriores, por mais diferentes que tenhamos nos tornado” (LOWENTHAL, 1998, p. 83). Recordar experiências passadas é um pouco do que pretendemos com esta investigação.

A escolha do Marajó e, respectivamente, do município de Breves como foco de pesquisa, se deu pelo fato de que neste município está o Centro de Recuperação Regional de Breves (C.R.R.B), inaugurado no ano de 2013 e que funciona como Unidade Penitenciária da Região do Marajó (U.P.R.M). Atende, respectivamente o município de Breves e a todos os municípios circunvizinhos⁷, na detenção de sujeitos acusados e julgados por ações criminosas.

A abordagem de pesquisa adotada foi à qualitativa, onde “a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc” (GOLDENBERG, 2009, p.14). A partir da abordagem qualitativa foi possível, então, interpretar os dados obtidos, relacionando-os com as teorias e os fatos existentes.

Para obtenção dos dados foi necessário percorrer uma trajetória de passos e ações que de início exigiram a obediência a algumas normatizações, devido o local da pesquisa ser uma instituição restrita e de intencionalidade à segurança máxima, dessa forma, foi solicitado pelo órgão responsável e pela administração da C.R.R.B e da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE)⁸ procedimentos legais para a concessão de entrada e abertura à realização da pesquisa.

A permissão de entrada na unidade penitenciária, foi o primeiro passo da pesquisa. Para ter acesso ao espaço e aos arquivos a serem utilizados para a obtenção dos dados, assim como para a entrada para à realização das entrevistas, foi preciso solicitar autorização à gerência da SUSIPE, órgão responsável pela administração de todos os presídios da Estado do Pará. A SUSIPE requereu documentações da Universidade Federal do Pará - UFPA, que respaldavam o trabalho juntamente com uma síntese das pretensões e dos interesses da investigação. Sendo solicitada, também, a assinatura de um termo de compromisso pelas partes responsáveis. Após a entrega da documentação requerida e o material encaminhado a Belém-Pará, foi concedida finalmente a autorização para o desenvolvimento da pesquisa no C.R.R.B.

⁷ As cidades que compõe, até então, com a presença de presos no C.R.R.B são; Afuá, Anajás, Bagre, Curralinho, Chaves, Gurupá, Melgaço, Portel, São Sebastião da Boa Vista.

⁸ Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.susipe.pa.gov.br/sites/default/files/memorial_final.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2014.

O segundo passo foi à seleção dos detentos⁹ por meio das fichas de cadastros do ano de 2013, com dois critérios: o primeiro, foi analisar as fichas cadastrais dos jovens do sexo masculino na faixa etária entre 18 e 21 anos e o segundo, terem frequentado a instituição escolar. Para este trabalho, nos foi concedida autorização para manusear os arquivos em uma sala aonde acontece o atendimento social que faz parte do Departamento de Assistência Social do C.R.R.B, que é responsável pela triagem dos internos. A triagem ocorre no momento de entrada do detento na instituição, quando são cadastrados e registrados em fichas individuais onde constam as informações pessoais, sociais, culturais, civis, escolares, econômica, dentre outras. Essas informações ficam nas fichas que são arquivadas e servem tanto para identificá-los, no cárcere ou fora dele, quanto para registrar suas ações na unidade prisional.

O terceiro passo se deu com a segunda seleção, quando das 172 fichas cadastrais - após os critérios estabelecidos, selecionamos 22 (vinte e duas). Com as devidas informações coletadas, passamos as análises das 22 com o propósito de chegar ao número de apenas 5 (cinco) fichas para a escolha dos sujeitos suscetíveis a realização das entrevistas, acrescentando outros critérios para a seleção final, tais como: serem de municípios diferentes, pois, através dos relatos dos mesmos, poderíamos conhecer as relações mantidas com e pela escola numa visão mais abrangente do que se tem de educação escolarizada na região do Marajó. Base familiar; condição econômica; principais delitos e reincidências. No fator crime, foi possível verificar os principais crimes cometidos e a reincidência ou não dos mesmos, além de obter dados de diversos pontos de vistas, considerando o comportamento individual; e por último, mas não menos importante, o critério foi a escolaridade, já que pretendíamos analisar as histórias e memórias escolares, assim passamos a avaliar as fichas dos que tinham cursado o ensino fundamental da 5ª a 8ª série e/ou ensino médio, e que contribuiriam com as informações necessárias para a construção deste trabalho. Após as análises das fichas cadastrais e após chegarmos às primeiras evidências, selecionamos os 05 (cinco) detentos dentro dos critérios pré-estabelecidos e que ficaram como interlocutores de nossa pesquisa.

Passamos então para o quarto passo, a obtenção dos dados. A coleta dos dados, foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, direcionadas aos 05 (cinco) detentos selecionados. A realização das entrevistas teve como base as orientações de Thompson (1992), que nos embasou quanto ao diálogo e a interação entre entrevistador e entrevistado, fundamental para a intencionalidade deste trabalho e também por a entrevista, segundo

⁹ No período da pesquisa (2013) o CRRB, contava com 172 jovens encarcerados.

Verson e Pedro (2013, p. 129), ser “ uma técnica de chamada para a produção e a significação da memória”.

As entrevistas foram devidamente agendadas e realizadas nos dias marcados pela direção do Centro, respeitando a rotina da instituição e com todas as medidas e precauções necessárias para manter a integridade dos envolvidos no trabalho. Na entrevista estiveram presentes: um agente penitenciário, dois pesquisadores e um entrevistado por vez. Vale ressaltar que no momento das entrevistas, os entrevistados encontravam-se algemados.

As entrevistas aconteceram no C.R.R.B em uma sala cedida pela direção, utilizada normalmente para atendimento médico aos internos. Os momentos de entrevistas foram vivenciados de forma cautelosa numa perspectiva de perceber os pequenos detalhes nos mínimos relatos e com respeito mútuo, a fim de propiciar um dialogo e a interação necessária entre os pesquisadores e interlocutores envolvidos na pesquisa.

Para dar início a entrevista, no primeiro momento realizamos uma explicação do motivo de estarmos ali e dos objetivos da pesquisa. Com anuência do entrevistado os trabalhos eram iniciados. Logo no início da entrevista era possível notar a inquietação e o desconforto que sentiam, pois mesmo após as devidas explicações, acreditamos que ainda desconfiavam que se tratava de algo sobre as condições de estarem naquele local, muitos até ficavam em dúvida se respondiam ou não as perguntas, como se tivessem medo de represálias, pois estava presente, como dito anteriormente, um agente penitenciário no momento da entrevista. Para Thompson (1992, p.266) “A presença de outra pessoa na entrevista não só inibe a franqueza, como exerce uma sutil pressão no sentido de um testemunho socialmente aceitável”.

Se levarmos essa situação em consideração e as relações de poder existentes entre os agentes penitenciários e a nossa presença com os encarcerados, podemos pensar que a situação apresentada por eles não deixa de ser o que Foucault (2010, p.332) afirma em relação ao aparelho disciplinar “pouco importa quem exerce o poder”; o poder “tem em seu princípio em uma certa distribuição combinada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares”.

A retração era visível, a timidez que sentiam em falar. Também eram raras as trocas de olhares, pois permaneciam sempre de cabeça baixa e com tom de voz arredo. As respostas da maioria dos interlocutores eram curtas e diretas, não davam chances para argumentos ou prolongamento da conversa, mostravam dificuldades em se expressarem. Encontravam-se algemados, o que tornava sua posição desconfortável e certamente contribuía para sua inibição. Segundo Foucault (2009) “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser

utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. E assim acrescenta, Foucault (2010); isso acontece porque:

[...] O corpo humano é, nos sabemos, uma força de produção, mas o corpo não existe tal qual, como um artigo biológico ou como um material. O corpo existe no interior e através de um sistema político. O poder político dá um certo espaço ao indivíduo: um espaço onde se comportar, onde adaptar uma postura particular, onde sentar de uma certa maneira[...]. (FOUCAULT, 2008, p. 259).

Muito embora com desconfiança e os demais fatores que lhes impediam de falar, os interlocutores da pesquisa colaboraram de forma significativa para a realização do trabalho, mesmo assim notamos que muito ainda ficou silenciado, que outros fatores poderiam ter sido expostos se talvez o ambiente fosse outro, um lugar onde o entrevistado se sentisse a vontade, como nos lembra Thompson (1992), se a relação existente no espaço fosse outra, poderíamos ter ido bem mais a fundo na busca de suas memórias. Para Foucault:

Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações uteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos (FOUCAULT, 2009, p. 138).

Para auxiliar na composição dos dados da pesquisa, também utilizamos a análise documental que segundo Ludke e André (2004, p. 15), representa uma fonte “natural” de informações, surgem num determinado contexto e fornecem subsídios sobre o mesmo. Os documentos analisados foram os registros dos internos presentes nos arquivos (fichas) da C.R.R.B.

Para apresentar os resultados da pesquisa organizamos este artigo em seções: a primeira introduz o trabalho, a segunda apresenta os interlocutores e suas memórias de vida, memórias: socioeconômica, familiar e memória dos principais delitos. A terceira traz a reconstituição da memória da escola e na quarta e última seção apresentamos as considerações finais com os resultados das principais histórias e memórias escolares dos jovens encarcerados, evidenciando o papel social da escola como agente que necessita incluir nas suas ações a construção de uma sociedade mais igualitária.

OS INTERLOCUTORES: MEMÓRIAS DE VIDA

A presente seção evidencia os sujeitos e suas memórias de vida, como interlocutores e/ou narradores de suas próprias histórias, que não se findam com o término das entrevistas,

pois, a vida é a cada dia um devir, uma continuidade que cria e recria novas histórias e memórias individuais e/ou coletivas. Para Le Goff (2003):

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 2003, p. 469-470).

Dessa forma para conhecermos as histórias e memórias coletivas foi necessário conhecer as histórias e memórias individuais, que segundo Halbwachs

[...] a memória individual existe, mas está enraizada em diferentes contextos que a simultaneidade ou a contingência aproxima por um instante. A rememoração está situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas em que estamos envolvidos. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, é da combinação desses diversos elementos que podem emergir aquela forma que chamamos lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem. (HALBWACHS, 2006, p. 12).

Foi pensando neste processo de rememoração, que buscamos de forma particular conhecer as características dos sujeitos envolvidos na pesquisa para traçar um perfil parcial do jovem infrator no Marajó, o que não é objetivo direto deste estudo, mas sem esse perfil, haveria uma grande lacuna na pesquisa, pela falta de conhecimento de quem são os jovens de quem se fala. As memórias aqui apresentadas por meio das narrativas, não serão identificadas, nem por codinomes (respeitando o pedido dos entrevistados), em raros trechos do texto, aparecem apenas como J1 (Jovem 1), J2, até o J5, no momento que precisamos dar mais ênfase a algumas narrativas.

MEMÓRIA SOCIOECONÔMICA

Os jovens entrevistados apresentam diversas características em comum, em sua maioria são oriundos da periferia das cidades. Sobre a memória socioeconômica, ou contexto socioeconômico ao qual estavam inseridos, quando questionados sobre o local onde moravam responderam, respectivamente: no município de “Portel, nasci lá e minha família toda é de lá”. Dois deles disseram, em “Breves, sempre morei aqui. “Sou de Breves mesmo”. “Moro em Afuá, mas nasci em Macapá”. “Em São Sebastião da Boa Vista, nasci em Boa Vista e depois fui morar em Belém”; o que se infere aqui é que a criminalidade alastra-se por todo lugar, o

que não é diferente nos municípios do Marajó, arrebatando jovens como os que fazem parte deste estudo.

Por pertencerem à família de baixa ou até mesmo sem nenhuma renda financeira, passaram por dificuldades: falta de moradia adequada, desemprego e o trabalho infantil, situação que não é exclusividade deles, pois outros jovens da mesma condição também passam, mas tomaram outros rumos na vida, o que nos remete a entender que as mazelas sociais não determinam a condição de vida dos sujeitos, entretanto é inegável, que de forma direta e indireta influência nas suas escolhas.

Alguns interlocutores da pesquisa chegaram a trabalhar para tentar mudar de vida e um deles nos disse: “eu trabalhava de manhã com meu tio aí à tarde, ele me mandava ir pra aula”. Mas, por um motivo ou outro deixaram seus empregos e entraram para o mundo do crime. Para Marx (1983, p.33) “o trabalho criador de valores é o trabalho socialmente necessário, executado segundo as condições médias vigentes da técnica, de destreza do operário e intensidade do esforço na realização da tarefa produtiva”. Porém, se o trabalho não for produtivo, o operário perde o valor que é encontrado no mundo “marginal”, sendo assim, o crime tira pessoas do mercado de trabalho e isso já foi afirmado e reafirmado por muitos teóricos, como assiná-la Fernandes (2002) ao parafrasear Marx (1983),

O crime tira do mercado de trabalho uma parte supérflua da população, e assim reduz a competição entre os trabalhadores; até o ponto em que previne os salários de caírem abaixo de um mínimo, a luta contra o crime absorve uma outra parte dessa população (MARX, 1983 apud FERNANDES, 2002, p. 281).

Para os autores, a criminalidade está ligada ao fator socioeconômico, às demandas impostas pelo mundo capitalista, onde prega-se à aquisição, o poder de compra, acima de tudo e sobre qualquer coisa, “à medida que as necessidades artificiais se tornam mais numerosas, são mais custosas de satisfazer” (J.MAXWELL, apud FERNANDES, 2002, p. 393). O trabalho ético, que muitas vezes não traz resultado imediato pelo baixo salário, este é deixado de lado quando se tem uma visão errônea de que a criminalidade é a forma mais rápida de conseguir o que se quer, sem precisar trabalhar.

Dessa forma, de acordo com as narrativas acolhidas, na busca incessante por melhores condições de vida, os jovens, interlocutores dessa pesquisa, se encaminharam para o mundo do crime, mesmo que de forma inconsciente optaram por aquilo que para eles seria o caminho mais rápido e fácil para conquistar o que, necessitavam de imediato.

MEMÓRIA FAMILIAR

No que se refere à memória familiar, iniciamos um diálogo na seção anterior, mas percebemos a necessidade de evidenciar de forma mais ampla tais memórias. Visto que a família possui função relevante na sociedade, pois é a responsável pelo indivíduo no que tange o preparo e o desenvolvimento de conduta socialmente aceita.

Ao mesmo tempo em que conecta gêneros e gerações, a família media continuamente os deslocamentos dos limites entre o público e o privado no cotidiano de seus sujeitos e media as relações entre sujeitos e coletividade. Assim, a família encerra um projeto de vida baseado na solidariedade entre as gerações e, simultaneamente, é geradora de formas comunitárias de vida (MIOTO, 2001, p. 114).

Neste sentido, a base familiar é de fundamental importância para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, uma vez que as relações estabelecidas dentro do seio familiar instituem determinantes de comportamentos anti ou sociais.

Com as análises das entrevistas e dos dados cadastrais, conseguimos identificar que os jovens advêm, em sua maioria, de uma base familiar fragilizada, geralmente com pais separados, como demonstram as narrativas de dois de nossos entrevistados quando um deles disse que morava com a mãe, o pai faleceu, tem 7 irmãos que já estão casados, portanto ele era o único a morar com a mãe. O outro entrevistado, falou que a sua família é do estado do Amapá e ele morava com seu pai em Afuá que também é Marajó e depois foi para Macapá; ou seja, este último não teve um paradeiro certo, ou uma família onde sustentasse sua base pessoal, vivia em trânsito.

O conceito de instituição familiar vem mudando ao longo dos séculos, existem atualmente múltiplos conceitos. O conceito clássico presente desde a antiguidade de família constituída por pai, mãe e filhos, vem sendo desconstruído por uma nova reorganização familiar que se dá de diferentes maneiras nos diferentes contextos sociais; entretanto, mesmo com as modificações, a família continua com a capacidade de adaptar os sujeitos a sociedade conforme afirma Biasoli-Alves (2004), para quem a família é importante determinante organizacional da personalidade, além de influenciar significativamente o comportamento individual através de ações e medidas educativas adotadas no âmbito familiar. A família, portanto, é a responsável pela formação das crianças e dos adolescentes e tem como intuito desenvolver normas e limites para as relações estabelecidas entre as gerações, oportunizando a adaptação dos indivíduos às exigências de convívio em sociedade (SCHENKER; MINAYO, 2003). De acordo com a narrativa de um dos nossos interlocutores, é possível perceber que em

algum momento ele constituiu uma estrutura familiar própria, mas que foi destruída pelo crime.

Eu tinha mulher, mas eu me separei dela já vai fazer um bom tempo. Ela me aconselhava pra eu largar as drogas, sair da rua e eu não ouvia o conselho dela. Ela falava que só queria o meu bem, para depois eu não reclamar, nem dizer que ela não me avisou. E era verdade, depois foi que eu parei para pensar o que ela dizia, que eu podia ir preso e que essa vida ia me levar para o cemitério ou para a cadeia. Ai eu cheguei até a sonhar com ela depois que eu vim preso, ela dizendo, olha eu te avisei pra te sair dessa vida, tu não quis me ouvir, “ai” agora é só esperar o que Deus tem pra mim. (J1).

O depoimento ratifica a importância da família na formação moral de seus integrantes, nesse caso, há uma preocupação da esposa com o seu parceiro, alertando-o; mas há também o fato de as pessoas serem livres para fazer suas escolhas e as consequências dessas, é que vão fazer com que o sujeito pense em como o passado poderia ter mudado o seu presente. Para Lowenthal (1998, p. 75-76) “Toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência de acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado”. Ou seja, no caso do jovem em questão, as consequências de seus atos refletem o que ele foi e o que é hoje. Também pode-se inferir a partir desta narrativa que a criminalidade é capaz de desestruturar uma família e que a inserção no mundo crime não afeta apenas o indivíduo que passa por este momento de instabilidade ética ou conflito moral, espalha-se entre também as pessoas que convivem diretamente com os mesmos, principalmente os demais integrantes da família.

MEMÓRIA DA DELIQUÊNCIA

Em relação à memória da delinquência entre os jovens pesquisados, os principais delitos e reincidências cometidos foi o tráfico de drogas, dados das análises realizadas nas fichas de cadastro do C.R.R.B. Este ato criminoso tem crescido significativamente dentro de nossa sociedade por proporcionar aos praticantes desse delito o acesso ao dinheiro de forma “fácil”.

Ao se envolverem com drogas são levados a roubar, a assaltar e, algumas vezes, até a matar para pagar aqueles que os ameaçam de morte caso não consigam saldar dívida e sendo instigados a se comportar como eles que usam armas de fogo e praticam assaltos. Muitos acabam se tornando membros de quadrilhas, seja para pagarem dívidas, seja para se sentirem mais fortes diante dos inimigos criados, afundando-se cada vez mais nesse círculo diabólico (ZALUAR, 1996, p. 109).

A droga como estimuladora da criminalidade, envolveu os jovens encarcerados, tanto pela dependência ao vício, quanto pelo trabalho ilícito. No Brasil, e não diferente nos municípios do Marajó, crianças, adolescentes e jovens são os que estão suscetíveis às drogas por vários fatores citados nas entrevistas, dentre eles: maus tratos, abuso e exploração sexual, exploração do trabalho infantil, fome, dentre outros, que ainda fazem parte da realidade de muitos jovens que pensam que a droga pode distancia-los de seus problemas.

Contudo, é importante ressaltar que apesar da imaturidade ser uma característica marcante em muitos jovens, não significa dizer que eles aceitam de forma passiva tudo o que acontece em sua volta. Isso significa que estão mais vulneráveis psicologicamente a se tornarem vítimas ou acusados, através da violência e do poder psicológico que é exercido por quem já está no mundo do crime.

O próprio conceito de violência está pautado em uma relação de poder exercida pelos grupos dominantes contra os grupos dominados. Faleiros (2004) define o poder como uma *força* que alguém tem e que exerce visando alcançar objetivos previamente definidos. Foucault (2009) o define como repressor de direitos, pois “o poder é violento quando nega ao violentado seus direitos, quando é atentatório ou destruidor da identidade do dominado”. A violência é um problema social que tem origem na própria história da humanidade, quando o homem passou a explorar o homem para satisfazer seus desejos e obter riquezas através de relações de dominação. Veronese (1998, p.10), diz que em relação a violência “todo o corpo social orienta-se na concepção do perigo que representam os indivíduos. E isso resulta na segregação, na remoção simplista de pessoas que, de algum modo, desrespeitaram as normas sociais”.

Na busca pela dominação, pelo poder, tudo é válido, inclusive matar. Essa busca de posse e de sentir o poder da força, gerou o segundo crime com maior incidência no Marajó, o homicídio, dado esse retirado da análise dos registros dos detentos que se encontram no C.R.R.B. Muitos dos interlocutores da pesquisa foram movidos a cometer homicídio por dinheiro, por drogas, por questões relacionadas ao sexo, distúrbios psicológicos, dentre outros motivos. Nesse sentido, não dá para dissociar a violência (o crime) como o resultado de um sistema excludente gerador de desigualdades sociais que reproduz culturalmente a diferença entre as classes e proporciona a violação dos direitos básicos do cidadão, o que não justifica nenhum ato criminoso, mas que nos faz refletir sobre a falta de políticas públicas em especial para o desenvolvimento pleno da criança, do jovem e do adolescente, seja na escola ou em outras instituições sociais, o que já está estabelecido como direito na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei

8069/1990) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (9394/96), faltando implementá-las de forma a atender a todos os brasileiros nessa fase da vida.

MEMÓRIAS DA ESCOLA

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (HALBWACHS, 2006, p. 51).

Esta seção evidencia as memórias escolares no que tange o significado e a relevância da escola na vida dos jovens encarcerados interlocutores desta pesquisa, através de suas narrativas reconstituíram suas lembranças e demonstraram o que guardam deste ambiente, sem esquecer o que nos lembra Halbwachs na epígrafe, de que “cada memória é um ponto de vista”. Para Freitas (2002, p. 120), “Convém lembrar que sendo a memória uma faculdade do ser humano, ela não é imune a conflitos, contradições e frustrações, percebidos nas falas. As narrativas são coerentes com as suas próprias realidades, com as suas próprias vidas”.

Por tratar-se de memória escolar, lembramos que a instituição escola é reconhecida como agente de transformação da realidade e um lugar de oportunidades, capaz de possibilitar aos sujeitos a conquista do conhecimento e a construção da cidadania, bem como, de valores morais e éticos; o que não é simplesmente uma hipótese, mas um direito garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB 9394/96, conforme explicito no artigo 1º e 2º desta Lei.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LEI DAS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, 1996)

De acordo com a Lei, à escola tem como responsabilidade contribuir para o desenvolvimento de sujeitos, aptos e estruturados para conviverem de maneira ética, solidária e cidadã no âmbito social. Para Freire (1996):

Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma

transgressão. É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar. (FREIRE, 1996, p. 37).

Assim os processos educativos não devem ser pensados como uma mera transferência de saber científico com a intenção de formar sujeitos intelectuais, mas sim, como processos educativos que somados e agregados a outros determinantes positivos transmitem valores que como consequência formam para uma sociedade mais igualitária.

Neste estudo, todos os jovens entrevistados tiveram a oportunidade de frequentar a escola, porém, vários motivos os fizeram abandonar os estudos. Para alguns, o motivo maior foi o econômico conforme pode ser ilustrado nesta narrativa de um deles: “estudei até a 6ª série, não estudei mais porque tive que parar para trabalhar”. A justificativa dada por ele foi semelhante a de outros jovens que diante das dificuldades precisavam trabalhar e ajudar no sustento da família.

Outro motivo do abandono à escola foi pela reclusão, assim nos afirmou um jovem: “estudei até o 1º ano do ensino médio, parei porque fui preso”. Outros indicaram a falta de motivação e de interesse pela escola. Há também narrativas daqueles que dizem não lembrar porque abandonaram a escola, como o caso do jovem que disse: “estudei, até a 2ª série, faz tempo que parei, não lembro porque saí da escola, sei que comecei a estudar com 13 anos, estava no interior e vim para a cidade e estudei, mas não lembro porque parei”. Para Pollak (1989, p.8), “Distinguir entre favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias. Ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto”. O outro interlocutor afirmou: “estudei até a 8ª série, mas parei, não quis mais estudar, vontade mesmo não tinha. Parei em 2010, estudei em Belém e quando vim pra São Sebastião da Boa Vista ainda me matriculei, fui algumas vezes, depois parei”.

Segundo dados desta pesquisa, os motivos pelos quais os jovens começaram a se sentir desmotivados foram vários, desde questões econômicas quando narravam que não tinha dinheiro para comprar material escolar e outras coisas solicitadas pela escola, ou por falta de interesse próprio. Outra questão apresentada foi a necessidade de começar a trabalhar precocemente como modo de sobrevivência, o que é muito presente ao se tratar de jovens de base familiar com baixa renda. Historicamente essa necessidade é sempre imposta pela sociedade e reproduzida pela escola.

Entretanto, para uma parcela dos encarcerados, os motivos que antes os levaram a parar de estudar, hoje os fazem a repensar o retorno a esse espaço que muitas vezes, segundo eles, não foi “levado a sério”, mas que hoje percebem o quanto ele é importante para a vida. Foi possível identificar ainda, que esses jovens passaram por muitas escolas por terem que mudar de cidade e isso, pode ter contribuído para a desmotivação e a evasão escolar. Pois, teriam que começar um novo ciclo de amizades, se adaptar as regras da escola e principalmente ao novo município/local de residência. Um deles assim narrou: “comecei a estudar com 13 anos porque estava no interior e quando vim para a cidade estudei na escola Cora Coralina¹⁰, foi quando a minha família veio pra cá e eu vim também”. Esse é um exemplo de pessoa que começou a estudar tardiamente, por ser morador do meio rural e nem sempre nesses espaços há oportunidade de educação escolarizada, por falta de escolas, que ainda é um desafio a ser enfrentado nesta região.

Os demais jovens também estudaram até certo período do ensino fundamental, outros do ensino médio e todos guardam boas recordações dos “tempos de escola”, o que ficou bem ilustrado em suas narrativas quando disseram: “eu gostava de aprender, eu gostava de ir para a escola para participar da aula mesmo”. O outro lembra das atividades esportivas que também fazem parte do currículo: “eu gostava de jogar futebol, jogava quando o professor faltava, quando tinha educação física, nos horários vagos. O outro, mostrava-se mais atraído pelas ciências exatas e pelos desenhos, “eu gostava sempre de desenhar, gostava de matemática, não gostava de português, só de desenhar e de matemática mesmo”. E um deles narra que o seu gosto pela escola estava enquanto tinha a sua família, com a morte de sua mãe e de seu irmão, esse “gosto” desapareceu e assim ele explica: “eu gostava de tudo, matemática de português, conversava com os colegas, gostei até um tempo, depois não gostei mais porque a minha mãe morreu e meu irmão também morreu “ai” não quis estudar, me desinteressei”.

Todos trazem suas memórias daquilo que lhes chamava a atenção na escola, sempre deixando claro o seu gosto pelo que tinham e viviam. Para Lowenthal (1998, p. 77) “A necessidade de se utilizar e reutilizar o conhecimento da memória, e de esquecer assim como recordar, força-nos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as lembranças às necessidades”. Nas narrativas apresentadas, fica evidente a seleção feita por eles, assim como a forma afetiva quando falam de algumas atividades escolares, principalmente quando sai do âmbito da sala de aula, como exemplo, o caso deste jovem que

¹⁰ Nome fictício.

faz questão de mostrar que, quando foi cobrado nas suas atribuições, os resultados foram positivos conforme ele comenta:

O que eu mais gostava era a educação física, porque era muito divertido e da matéria, era da matemática. Sempre gostei de matemática, eu gostava de jogar futebol também. Não lembro, mas se eu não me engano eu “tirava” notas boas em inglês, conseguia fazer todas as atividades de inglês. Mas, era quando eu estudava em escola particular, porque depois que eu fui para a escola pública, não achei muito “puxado” e é muito difícil aprender na escola pública, no particular não, porque a pessoa aprende mais rápido. Lá o professor “dava” uma hora de aula e “aí” ele “forçava”, mandava a gente ler, e isso na 5ª série que foi quando eu estudei no particular. De português eu nunca gostei, é muito difícil, eu acho sei lá, é muito dividido em muitas coisas, muitas regras. Das outras matérias nunca gostei, mas eu estudava.

Analisando as falas dos jovens podemos perceber que mesmo aqueles que não deram continuidade em seus estudos, guardam boas histórias e memórias escolares, que a escola de certa forma proporcionou bons momentos, seja na prática de esportes, ou por meio das atividades curriculares em si. Para Chauí,

[...] selecionamos e escolhemos o que lembramos e a lembrança, como a percepção, tem aspectos afetivos, sentimentais, valorativos (existem lembranças alegres e tristes, saudade, arrependimento, remorso). [...] também não se pode explicar o esquecimento, pois se tudo está espontânea e automaticamente registrado e gravado em nosso cérebro, não poderíamos esquecer coisa alguma, nem poderíamos ter dificuldade para lembrar certas coisas e facilidade para recordar outras (CHAUÍ, 2002, p. 128).

Com relação à escola, Zamboni (2005, p.83) diz que “A cultura escolar é aqui tomado no sentido do conhecimento que envolve todos os movimentos, mudanças, traços culturais, tradições, práticas e relações sociais que estão presentes no interior da escola, e não apenas no espaço da sala de aula”. O que pode ser confirmado pelas narrativas dos interlocutores quando ressaltam o gosto pelo esporte, pela arte, pela interação social existente no âmbito escolar.

Portanto, as memórias dos jovens encarcerados, de certa forma os impulsiona para momentos de alegrias, rememorando situações vivenciadas anteriormente, mesmo que de forma momentânea, mostravam-se felizes. Para Domenico (2013, p. 183), analisando memória e tempo em Deleuze, “tempo é duração [...] o passado não segue o presente e o presente não precisa se efetuar para que se constitua um passado, pois ambos se atualizam ao mesmo tempo”. A partir desta afirmação, inferimos que naquele momento, os jovens não contavam tempo, narravam suas histórias como se tivessem acontecendo naquele momento e ao mesmo tempo impulsionavam suas memórias para o futuro. Essas rememorações apresentaram-se mais fortes e frequentes quando falam sobre o que a escola pode ensinar para a vida das pessoas. J1 diz: “eu estudava. Pelo menos achava isso, estudar sempre é bom “pra”

gente ser alguém na vida. J2 diz que a escola o ajudou a entender um pouco sobre a leitura, a ler e escrever. O mais significativo para eles foi ter aprendido que a escola se levada a sério, como disse J3“ pode oferecer uma vida melhor, a gente pode aprender, ser educado com as pessoas”. Para J4, na escola “a gente aprende como se deve tratar as outras pessoas, sabedoria. O que a gente tem que aprender, a gente aprende na escola”.

Assim, inferimos que “o que se evidencia na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo” (POLLAK, 1989, p.11), pois, todos disseram que frequentavam a escola com intuito de estudar e de aprender. Porém, muitas vezes deixavam de ir estudar para irem para outros lugares: “eu ia estudar mesmo, só que tinha aquelas más companhias, os colegas, que convidavam a gente para ir para outro lugar, “aí” a gente deixava a escola e saía das aulas”. Assim como foram influenciados e, também, influenciaram seus colegas a faltar às aulas por muitas vezes. Essa influência sofrida e perpetrada contra eles e contra os outros foram fatores condicionantes apontados para explicarem a evasão escolar. Assim como, a falta de dinheiro para compra de materiais escolares, já discutido neste texto. Muitos foram os motivos para a evasão escolar, dentre eles como os representantes da escola recebem os alunos, alguns de forma autoritária, o que traz consequências desastrosas para o futuro dos estudantes, conforme pode ser percebido a partir da narrativa deste jovem quando comenta:

Nas escolas que eu estudei não mudava nada. Só a diretora que queria “ser” muito mandona, ela não procurava saber “as coisas”, uma vez mandei um palavrão pra ela, porque eu cheguei 3 (três) minutos atrasado e não deixaram eu entrar, “aí” eu falei para o porteiro chamar a diretora e ela veio me esculhambando e eu mandei outro palavrão e continuei dizendo que queria estudar, mas ela não deixou e depois disso comecei a parar de estudar. Tudo isso aconteceu porque eu fiquei com raiva daquela diretora, eu já não ia mais para o colégio, só duas ou três vezes na semana, segunda e terça-feira. E também porque o colégio era longe de casa, e para pegar o ônibus, era uma hora e meia e era no horário de trabalho, horário de ônibus lotado. Estudei mais um tempo e fui embora pra Boa Vista e lá me matriculei em uma escola, mas “aí” parei novamente (J5).

Ao analisar as narrativas foi possível entender que nossos interlocutores foram influenciados pelo contexto social; entretanto, fatores internos da escola também contribuíram para a evasão escolar. Entendemos, ainda, que a forma como as pessoas são tratadas na escola pelos seus gestores, pode influenciar na sua permanência ou não, em muitos casos levam a evasão, conforme afirmado acima, e assim, marca-se uma visão negativa do que é a escola. Para Pollak (1989, p.7) “a organização das lembranças se articula igualmente com a vontade de denunciar aqueles aos quais se atribui a maior responsabilidade pelas afrontas sofridas”.

Sobre as mudanças que fariam na escola para melhorá-la, obtivemos várias respostas, dentre elas os que disseram que melhorariam as quadras de esporte, pois essas estavam muito danificadas, e um deles justificou: “o cara deixa todo o dedo nelas”. Um outro se posicionou em relação ao horário de entrada no período matutino, pois segundo ele, a única coisa que lhe incomodava era acordar de manhã cedo, o resto estava bom. Porém, para outros jovens, havia fatores bem importantes para serem mudados, tais como os narrados abaixo:

Às vezes a gente ia estudar, as carteiras estavam quebradas, essas coisas, sabe? Às vezes chovia na sala de aula também. Eu mudaria que era para colocar umas salas melhores pra gente estudar. Às vezes os professores levavam os problemas da casa deles para sala de aula e nos tratavam mal; mas tinha professores que tratavam a gente bem, que iam com aquela alegria, o “cara” percebia que eles estavam fazendo aquilo de corpo e alma pra nos ajudar. Tinha uns não, que só faziam passar o dever no quadro e não explicavam nada. Eu mudaria esses professores! Tem professores que vão para a escola e não querem saber dos alunos. Só passavam a lição e diziam que era para fazer e deixavam os alunos lá. Às vezes até trancavam a sala de aula e saiam para conversar no pátio e muitos professores desse tempo que eu estudava, faziam isso, quando voltavam queriam saber se estava pronto e a gente pedia explicação e eles diziam que já tinham explicado o assunto na semana passada, não explicavam mais. Tinha escola que não tinha educação física, porque não tinha área fazer educação física, nem para jogar o futebol, nessa eu queria que construísse a quadra para os alunos brincarem e fazer educação física. Também tinha escola que faltava merenda, faltava pra nós e isso precisa ter pros alunos. Tem escola que precisa de várias coisas “né”? Tinha uma, que até água faltava, dava muita quentura e a gente só tinha água suja para beber.

Essa narrativa não deixa de ser um desabafo, uma denúncia ao que ainda se tem enquanto escola na memória desses jovens, para Halbwachs

É sobre o espaço, sobre o nosso espaço - aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (HALBWACHS, 2006, p. 100).

Segundo as narrações dos jovens, ainda faltam melhores condições nas estruturas físicas da escola para receber os alunos, inclusive garantido um mínimo de condições para a permanência nesse espaço, como exemplo apontado - a falta de água. Além disso, ele enfatiza na questão do compromisso e responsabilidade dos professores, fator esse que influencia muito na vida do aluno, conforme percebemos acima.

Esses são fatores que precisam ser levados em conta pelos governantes, antes de somente julgar e acusar os jovens por sua delinquência, se questionar para saber se o Estado está garantindo o que é de direito aos jovens para uma vida digna; assim como, a escola precisa rever o seu papel enquanto promotora de cidadania. De acordo com Machado e Chamlian (2007, p.127) “A cidadania precisa ser vivenciada e construída, na escola, nas

pequenas ações do dia-a-dia, abrangendo os direitos e os deveres, gerando compromisso, responsabilidade e participação”. Os fatores internos também contribuíram para evasão dos jovens. Eles sabiam o que queriam e o poderia ser mudado na escola, mas, nada foi feito por/para eles, para que essas mudanças se tornassem realidade. Provavelmente, se tivessem uma outra formatação de escola, não tivessem a abandonado prematuramente.

Para esses jovens, o afastamento da escola está atrelado ao início da criminalidade conforme um deles comenta. “Quando eu estava estudando não cometi nenhum crime, mas quando comecei a me afastar do colégio, quando eu não ia mais estudar, “ai” comecei a cometer assalto, essas coisas”. O outro afirma: Quando fui me afastando da escola eu já encontrava os colegas e a gente não “aliviava”. Ou seja, a escola servia como uma ancora para que eles não entrassem totalmente no mundo do crime.

Vimos que a escola é uma instituição primordial para o desenvolvimento de atitudes morais e éticas do sujeito, porém vimos, também, que não foi suficientemente atrativa de forma que mantivesse esses alunos - nossos interlocutores, fora do contato com o mundo do crime.

A sociedade solicita que a educação assuma funções mais abrangentes que incorporem em seu núcleo de objetivos a formação integral do ser humano. Essa proposta educativa objetiva a formação da cidadania, visando a que alunos e alunas desenvolvam competências para lidar de maneira consciente, crítica, democrática e autônoma com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências da cultura e com os sentimentos e as emoções presentes nas relações que estabelecem consigo mesmos e com o mundo à sua volta. (ARANTES, 2003, p. 157).

Apesar de muitos percalços, a escola dentro de suas limitações proporcionou vários momentos de aprendizagens que, de certa forma, adiaram a inserção dos jovens interlocutores desta pesquisa na delinquência. Por meio das orientações, os professores tentavam sensibilizar sobre os perigos, consequências e os sofrimentos causados pelo crime.

Ao serem perguntados se seus professores tinham ciência que eles praticavam crimes, alguns responderam que começaram a cometer crimes somente após saírem da escola e outros disseram que seus professores não sabiam de nada por que não davam margem para que eles pensassem assim. Nesse contexto afirmou um dos jovens:

Eles não sabiam, mas eles sempre aconselhavam a gente, para não fazer coisas erradas. Para ouvir conselho de pai, mas só que quando a gente é jovem - 15 e 16 anos, a gente está ali e quer experimentar de tudo que vê. Negócio de droga, bebida, a gente vai pela influência também. Quer saber que gosto tem aquilo e quando coloca na cabeça que quer fazer, às vezes não tem dinheiro pra comprar a droga, cachaça, e ai vai assaltar.

A partir dessas histórias percebemos que houve quem se preocupasse com eles, o professor aparece como aquele que aconselhava, mas ainda assim, os conselhos não bastaram. A escola, também, se apresenta como aquela que tentou de certa forma fazer sua parte através de ações de conscientização sobre violência e drogas, como afirmou um dos encarcerados: “Na escola teve palestra feita pela delegada que falou sobre violência e criminalidade aqui em Breves. Essas coisas, entendeu?”. Os jovens consideraram que eram informações importantes, mas que não importava para o momento que estavam vivenciando, conforme um deles afirmou:

Na escola tinha sempre, eles faziam palestra contra as drogas sabe, contra cigarro. Também eles aconselhavam a gente falavam que não era bom isso nas nossas vidas, só que entrava por um ouvido e saía no outro, a gente nem ligava. “Tipo assim” que nem a mãe da gente quando dá conselho, a gente ainda sai “brabo” com ela, bate a porta e vai embora. Depois que a gente está aqui dentro é que vai ver que ela tinha razão.

Mas, apesar de terem opinião formada e de terem enfrentado situações adversas, acreditam que a escola pode sim ajudar outros jovens a não entrarem no mundo do crime. Quando perguntados se a escola pode preparar para vida, para o trabalho, todos disseram que sim, pois para eles quem quer aprender de verdade aprende, quem se dedica consegue alcançar seus objetivos, um desses afirmou: “A escola prepara, porque se a pessoa estudar ela vai ter um emprego, e se a pessoa não estudar, já sabe não tem trabalho, não alcança os objetivos da vida”. Expressam pensamento positivo em relação ao papel da escola na vida das pessoas e na vida deles também, ou seja, reafirmam o poder da educação.

A sala de aula não é como um grande barco em que alguns trabalham para levantar a âncora, para inflar as velas e para dirigir o Ieme, enquanto outros apenas são levados pelo vento e por quem trabalha. E pelo mar afora vão conduzidos sem saber bem para onde, por que e através do quê. Ela é como veleiro onde todos são a tripulação e os viajantes, e fazem juntos o que da ao barco o seu rumo e as velas o seu sentido. Um barco onde o próprio comandante (um nome ruim, convenhamos, para o professor) reconhece que e um tripulante entre todos, e sabe que a viagem somente avança com o esforço e a sabedoria coletiva do trabalho comum, pois todos participam, e diferenciado, pois cada um ou cada "alguns" faz/fazem a sua parte e vive/vivem a viagem desde o seu ponto de vista. Já que estamos viajando, podemos pensar num vôo mais longe. O barco só navega porque, ademais do "trabalho de todos", conta com a sábia arquitetura das mentes e das mãos de quem o construiu antes. (BRANDÃO, s/a, p. 375).

Brandão, usa de metáforas para explicar o poder da educação, mas assinala que para se chegar ao objetivo almejado deve-se ter compromisso de todos os envolvidos, também é possível exemplificar os anseios dos jovens encarcerados que se deixaram ou quiseram se

excluir da escola, por falta de compromisso consigo e por acharem que a escola não os serviria, ou que a sua educação não era prioridade para aquele momento da vida.

Quando questionados se queriam voltar a estudar todos responderam que sim e um deles disse que almejava chegar ao ensino superior e assim respondeu: “quero voltar a estudar, me formar. Quero me formar em Direito”. Todos sonham em dar uma vida melhor para sua família a partir dos estudos, conforme ouvimos nessa narrativa:

Com certeza. Sair daqui, estudar, renovar minha vida, fazer uma nova vida. Que essa vida que eu levo não é pra mim não, ficando preso aqui a gente perde a maioria do tempo da gente. Já tenho um ano preso. Quero sair e cuidar mais da minha mãe que já é idosa, não sei em que vou trabalhar, mas acho que em alguma coisa com arte.

Para esses jovens que a princípio parecia não lhes interessar o futuro, a (re) construção da vida e a educação são valiosos, mesmo desperdiçando a oportunidade que tiveram para estudar, percebemos que de forma generalizada que pretendem voltar a frequentar a escola. Brandão (2001, p.82) diz a educação é uma prática social, “cujo efeito sobre as pessoas, cria condições necessárias para realizações de transformações indispensáveis”.

Conforme as narrativas, infere-se que os jovens sentem vontade de aprender para poder sobreviver de forma íntegra. Por se encontrarem em um Centro de reabilitação, perguntamos se na unidade prisional são desenvolvidas atividades educativas. Alguns disseram que não, apenas saem para tomar banho de sol: “não, nenhuma, só pego sol mesmo, só isso, uma hora por dia, mas não é uma atividade”. Outros responderam que sim, porém, não são desenvolvidas por profissionais do C.R.R.B, e sim pelos seus próprios colegas de celas, conforme um deles destacou:

Não. A gente sai mesmo só para tomar banho de sol, jogar futebol e volta “pra” cela, uma hora por dia. Não tem escola, não tem nada ainda. Se tivesse eu estudava com certeza. Às vezes, a gente pergunta se não vai ter escola, aí alguns ainda falam, lá fora vocês não queriam estudar, aqui vocês já querem. O major sempre fala que estão tomando providências, vão fazer escola. Sabe, a gente faz artesanato na cela também. Só que não tem aquele espaço adequado porque a cela é pequena... A gente aprende mesmo é com os presos que chegam e já que foram presos em Belém, eles sabem. Quando eles chegam, vão passando “pra” gente aprender. E “ai” se tivesse uma área “pra” gente fazer artesanato, seria melhor ainda. A gente faz artesanato daqueles corações, a gente racha sabonete, amassa e faz aqueles corações, homenagem de dia das mães.

Com base nessas narrativas inferimos que a instituição, ainda não realiza atividades educativas, no sentido de propiciar aos detentos algum tipo de curso e/ou capacitação, ou até mesmo garantir a continuidade de seus estudos, haja vista se tratar de um centro de

reabilitação. Porém, as afirmativas indicam que há uma preocupação por parte da gerência do C.R.R.B em proporcionar futuramente estes ambientes formativos para seus detentos.

Por fim, foi possível perceber que as memórias e histórias dos jovens encarcerados estão vivas e trazem, de certa forma, o desejo que eles têm em voltar a estudar e concluir seus processos de escolarização. Para, dessa forma, voltarem a ser vistos como pessoas íntegras, responsáveis por seus atos que, a partir de suas narrativas, serão atos sociais, como o trabalho e uma vida distante da criminalidade. Não interpretamos isso com ingenuidade pois temos conhecimento de que a vida desses jovens é um grande desafio perante a sociedade, seja dentro ou após a saída do cárcere; entretanto, analisamos que se os governantes deste país, tiverem como propósito mudar a situação da criminalidade, precisará investir muito mais em educação e em outras políticas públicas para a juventude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. E porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 16).

As discussões aqui levantadas partem das histórias e memórias apresentadas pelos jovens encarcerados em uma unidade prisional no Marajó, e nos fazem refletir sobre as circunstâncias enfrentadas por essas pessoas que foram socialmente excluídas e que por vários fatores, foram influenciados a transgredirem as regras sociais, utilizando-se de atos ilícitos e criminosos por meio da prática da violência.

O que pudemos confirmar com este estudo é que a criminalidade está presente não só nos centros urbanos, mas também nas menores regiões que fazem parte deste país visto que, com este trabalho foi possível constatar que os jovens encarcerados, entraram na criminalidade por diversos fatores internos e externos, que perpassaram desde a desestrutura familiar, ao não reconhecimento da escola das necessidades educacionais e sociais de seus alunos, além de fatores socioeconômicos. Os dados analisados e apresentados na pesquisa, também demonstram que a escola ora fez parte de forma positiva, ora fez parte de forma negativa na vida dessas pessoas que convivem em diferentes municípios; no entanto, mais que

negativamente, ela guarda significações positivas e esperanças de transformações na vida futura.

Partimos das histórias e memórias dos encarcerados, pois Para Schmidt e Mohfoud (1993, p.288) “O indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre construída em grupos, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito”. Dessa forma destacamos a participação da família na vida desses sujeitos que são membros de famílias de diferentes composições, ora possuía apenas mãe, ora apenas pai, ora esposa. Por fim, enfatizamos que entre as histórias e memórias apresentadas, a mais importante lembrança feita, foi à decisão de ter deixado de frequentar a escola, visto que para eles a descontinuidade escolar, foi à principal causa para a inserção na criminalidade, tanto que todos deixaram transparecer o desejo em voltar a estudar, o que nos faz inferir que essa vontade se encontra latente, por isso não pode ser deixada de lado, mesmo dentro da unidade prisional, em especial, por ser um centro de reabilitação. Dessa forma, este estudo cumpre seu objetivo à medida que explicita o desejo desses jovens, que mesmo no cárcere, são cidadãos e precisam de um olhar e de atenção mais profundos do poder público, da escola e da sociedade. Não tivemos a pretensão de concluir este trabalho, temos consciência da sua parcialidade e por isso sabemos que há hiatos que em outros momentos podemos ou outros pesquisadores podem aprofundar essa discussão que se faz relevante diante do contexto social em que nos situamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Valéria Amorim. **Afetividades na Escola, Alternativas Teóricas e Práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. **Pesquisando e intervindo com famílias de camadas diversificadas**. Em C. R. Althoff, I. Elsen & R. G. Nitschke (Orgs.), *Pesquisando a família: olhares contemporâneos* (pp. 91-106). Florianópolis: Papa-livro, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Casa Civil, 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_/Leis/L8069Compilado.html. Acesso em: 15 mai 2014.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 15 out 2016.

BRASIL - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular na escola cidadã**. Disponível em: www.espacoacademico.com.br. Acesso em 30 set 2014.

_____. **O que é educação**. São Paulo: Brasilense, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2002.

DOMENICO, Uhng Hur. **Memória e tempo em Deleuze**: multiplicidade e produção. Athenea Digital – 13(2):179-190. Ensayos, 2013.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **A exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes no mercado do sexo**. In: LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; SOUZA, Sônia M. Gomes (org.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo; Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2004.

FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. **Criminologia Integrada**. 2ª ed. rev. atual, e ampl. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 37. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Estratégia, poder-saber**. 2º. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996.

GOLDENBERG, M. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais**. In:_____. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução, Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Projeto História 17, São Paulo, n.17, 1998, p. 63-201.

MACHADO, Edilene Vieira e CHAMLIAN, Luiz Aurélio. **Inclusão e Cidadania**: possibilidade e prática; In: FURLANETTO, Ecleide Cunico; MENESES, João Gualberto de Carvalho e PEREIRA, Potiguara Acácio. A escola e o aluno: relações entre o sujeito-aluno e o sujeito-professor. São Paulo: AVERCAMP, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**; trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MAHFOUD, Miguel; SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; **Halbwachs**: memória coletiva e experiência. Instituto de psicologia-USP, 1993.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Culturais. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

MIOTO, R. **Famílias e adolescentes autores de atos infracionais**: subsídios para uma discussão. In: VERONESE, J., SOUZA, M., MIOTO, R. (org). **Infância e adolescência, o conflito com a lei**: algumas discussões. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

OLIVEIRA, Eveli de; SILVA, Paulo Sérgio da. **A influencia da educação dos pais na formação da personalidade e do caráter dos filhos**. Disponível em: <www.unifieo.br>. Acesso em 02 jun 2014.

SCHENKER, M. & MINAYO, M. C. S. **A implicação da família no uso abusivo de drogas**: uma revisão crítica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(1), 707-717, 2003.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. **Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia**. *Historia Oral (Rio de Janeiro)*, v. 15, 2012, p.125-139. Disponível em revista.historiaoral.org.br Acesso em 02 jun 2014.

VERONESE, J. **Entre violentados e violentadores**. São Paulo: Editora Cidade Nova, 1998.

ZALUAR, A. **Da revolta ao crime S.A.** São Paulo: Moderna, 1996.

ZAMBONI, Ernesta. **Tradição e cultura escolar**. *Historia Oral*, jan, 2005.